



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



DENISE RUIZ DA CRUZ

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ (PR)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2013

DENISE RUIZ DA CRUZ



**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ (PR)**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Pato Branco*.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientadora: Prof.^a Dra. **Elizângela Mara
Carvalho**

PATO BRANCO

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Políticas Públicas Da Educação Profissionalizante Do Município De Paranavaí (Pr)

Por

Denise Ruiz da Cruz

Esta monografia foi apresentada às 11:20h do dia dezessete de maio de dois mil e quatorze como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _____.

Prof.^a. Dra. Elizângela Mara Carneiro
UTFPR – *Campus* Pato Branco
(orientador)

Prof.^a. Jozeane Iop
UTFPR – *Campus* Pato Branco

Prof. Ms. Ricardo Palaro
UTFPR – *Campus* Pato Branco

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora, Professora Doutora Elizângela Mara Carvalheiro, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Campus Pato Branco*.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

"Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar."

(ANATOLE FRANCE)

RESUMO

CRUZ, Denise Ruiz da. Políticas Públicas na Educação Profissionalizante no Município de Paranavaí - PR. 2013. 30 folhas. Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

Diante da desigualdade e exclusão social, a política pública de educação profissionalizante surge como uma aliada para o desenvolvimento educacional do município de Paranavaí - PR. Com isso, é preciso que tais políticas sejam ampliadas de forma a prover um maior resultado positivo da população e do mercado de trabalho. Portanto, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar o desenvolvimento e a aplicação das Políticas Públicas voltadas para a educação profissionalizante ofertadas no município de Paranavaí (PR) como instrumento de desenvolvimento educacional. Apresenta-se também no referencial teórico deste trabalho metodologias de aplicabilidade das políticas públicas educacionais. A pesquisa caracterizou-se com descritiva de abordagem quantitativa. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, aplicado com alunos de uma unidade de ensino da cidade. Investigou-se qual o perfil dos usuários dessas políticas e qual a perspectiva dos mesmos em relação à educação profissionalizante. Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que a maior parte dos entrevistados acredita na educação profissionalizante como uma ponte para o mercado de trabalho e como o fim da desigualdade social.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Profissionalizante. Desenvolvimento Educacional.

ABSTRACT

CRUZ, Denise Ruiz of. Public Policy on Vocational Education in the Municipality from Paraná - PR. 2013. 30 folhas. Monograph (Public Management Specialization). Federal Technological University of Paraná, Pato Branco, 2013.

Toward of the inequality and social exclusion, the public policy from vocational education arises as an allied to the educational development of Paranavaí city from Paraná (PR). Therewith, it is necessary that such policies to be expanded in order to provide a greater positive result of the population and the labor market. Therefore, the aim of this work of completion of the course is to analyze the development and implementation of public policies geared to vocational education offered in city of Paranavaí from Paraná (PR) as a tool for educational development. It also presents the theoretical frame of this work, methodologies of applicability from educational public policies. The research was characterized with descriptive quantitative approach. The survey instrument used was the questionnaire applied to students in a teaching unit of the city. It was investigated the profile of the users of these policies and which is their prospect in relation to vocational education. The results obtained in this research show that most interviewed believe in vocational education as a bridge to the labor market and as the end of social inequality.

Keywords: Public Policy. Vocational Education. Educational Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	São atuantes no mercado de trabalho.....	35
Gráfico 2	Faixa Etária.....	35
Gráfico 3	Escolaridade.....	35
Gráfico 4	Estudantes.....	35
Gráfico 5	Porque procurou a Educação Profissionalizante.....	36
Gráfico 6	A Educação Profissionalizante pode abrir espaço no mercado de trabalho.....	36
Gráfico 7	A Política Pública de Educação é um Instrumento de Educação Profissional.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	18
3. METODOLOGIA	25
3.1 LOCAL DA PESQUISA OU LOCAL DO ESTUDO	25
3.2 TIPO DE PESQUISA	25
3.3 TÉCNICA DE PESQUISA	27
3.4 COLETA DOS DADOS	28
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍ.....	31
4.2 APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍ	31
4.2.1 Caracterização dos alunos que participam dos cursos de educação profissionalizantes	34
4.3 ASPECTOS DE UTILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE(S)	45

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional apresenta-se com cada vez mais importância no meio estratégico para a elaboração da cidadania e para uma melhor inclusão de jovens e trabalhadores na sociedade atual. Formando uma das dimensões que mais demonstra as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais.

E é na política pública de educação que está o alicerce para o desenvolvimento da educação profissional, transformando a realidade de jovens e adultos, dando a eles oportunidade do aperfeiçoamento profissional, e por consequência gerando um processo mais igualitário de inserção na sociedade.

Por isso, surge a necessidade de se estabelecer uma política educacional que integre a formação profissional ao campo de um sistema nacional de educação, contribuindo para a construção social e que ao mesmo tempo qualifique o cidadão.

Entende-se que somente a formação profissional não é suficiente, pois o próprio capitalismo reconhece que os trabalhadores necessitam ter acesso ao ensino sob todas as formas: teórica e prática. Sobre esses fundamentos deve-se estruturar a educação profissional, permitindo ao cidadão participar ativamente da construção social e adquirir capacidade de se exercitar intelectualmente e tecnicamente.

Conforme a LDB (Lei das Diretrizes e Bases) o conceito de educação profissional foi referenciado pela Lei nº 9.394/96 (cap. III, art. 39): “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

As instituições que estão mais presentes na organização do Subsistema Nacional de Educação Profissional e Tecnológica são as instituições públicas federais e estaduais, bem como por alguns centros tecnológicos como o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e outras instituições. Assim as formas de efetivação das políticas educacionais são os programas desenvolvidos por estas instituições.

Observa-se que em Paranavaí existem vários programas voltados para a educação profissional, tais como: E-Tec Brasil - Escola Técnica Aberta do Brasil; PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

PROFUNCIONÁRIO; e o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Sendo este último o que mais se destaca em termos de abrangência no município.

Para entender esse processo no município de Paranavaí, o presente trabalho se estrutura em cinco partes. A primeira parte apresenta a introdução da pesquisa que se subdivide em justificativos, objetivos gerais e específicos.

Na segunda, é apresentado o referencial teórico, parte da definição de políticas públicas para então chegar à definição de políticas públicas educacionais no ensino profissionalizante.

Na terceira parte está detalhada a metodologia que foi utilizada para o alcance dos objetivos geral e específicos deste trabalho, apresentando também os tipos e as técnicas de pesquisa.

Os resultados e discussões da presente monografia estão definidos na quarta parte, o qual expõe a análise do estudo com base nos objetivos inicialmente estabelecidos.

Por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais, e por fim as referências que foram utilizadas para realização do trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

No processo de evolução história da educação no Brasil, a formação voltada para o mercado de trabalho (educação profissional), em vários momentos esteve no plano de projetos inacabados ou de segunda ordem, seja por falta de concepções teóricas consistentes, seja pela ausência de políticas públicas contínuas e abrangentes (PACHECO, 2011).

Dado a evolução econômica dos países a necessidade de profissionais cada vez mais qualificados é uma crescente. Diante desta, na metade dos anos de 1990, iniciou-se a implantação de uma “nova” institucionalidade no campo educacional, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996. O destaque se deu pela união entre o Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que incentivaram e aceleraram o processo de implementação de políticas públicas específicas dirigidas ao campo da

educação e formação de trabalhadores, tendo por foco a geração de emprego e renda. Sob coordenação do Ministério da Educação, inicia-se a Reforma da Educação Profissional, com vistas a promover o reordenamento estrutural e operacional do ensino técnico-profissional nas instituições que tradicionalmente trabalham com essa modalidade educacional (LIMA FILHO, 2002).

Ainda em 1995 houve o lançamento das linhas gerais de intervenção do Ministério do Trabalho (MT) que no ano seguinte se tornou Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do documento *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*, que instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

Foi através do Decreto nº 2.208, baixado em abril de 1997, que se constitui os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional no país e os seus mecanismos de articulação com o ensino regular, referindo-se com prioridade e detalhamento particular à nova estrutura a ser implantada principalmente na rede federal, composta pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais. É neste período que inicia o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) (LIMA FILHO, 2002).

Assim, tanto o PROEP como o PLANFOR são as duas principais políticas públicas de intervenção no âmbito federal da educação e formação de trabalhadores.

Ante a qualidade da educação necessária para o melhor desenvolvimento educacional municipal/profissional, estas Políticas Públicas podem gerar mudanças que possibilitem vislumbrar-se um município com um cenário social mais igualitário. Entretanto, é preciso voltar à atenção para as Políticas Públicas profissionalizantes existentes e ofertado nos municípios, quais suas formas de ingresso, sua qualidade de aplicação e o seu resultado.

No caso dos municípios brasileiros, a forma de implementação das políticas públicas da educação profissionalizante é através do programas oferecidos na maioria das vezes pelo Sistema S. No caso de Paranavaí o que se sobressai em termos de influência e alunos é o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), um programa criado pelo Governo Federal em parceria com o SENAI, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Dessa forma, o destaque deste estudo será este programa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento das Políticas Públicas voltadas para a educação profissionalizante ofertadas no município de Paranaíba (PR) através dos programas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Buscar compreender as questões relacionadas às Políticas Públicas, tendo como referência autores que se dedicam a sua temática.
- Identificar e caracterizar as Políticas Públicas voltadas para a educação profissionalizante, analisando os programas que são aplicados no município de Paranaíba (PR), destacando o PRONATEC.
- Identificar elementos e aspectos da utilização das Políticas Públicas pelos programas através de alunos que participaram dos cursos da educação profissionalizante.
- Destacar aspectos de utilização das políticas públicas para o desenvolvimento educacional do município

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresentará o referencial teórico pesquisado no desenvolvimento deste estudo, contendo conceitos mencionados por alguns autores que se dedicam a essa temática “políticas públicas para educação profissionalizante.

Entretanto, vale destacar que o Estado não é o único responsável pela execução da educação profissional e tecnológica, todavia, sua concepção, acompanhamento e controle devem ser objeto de uma política pública, sujeita à deliberação do legislativo e ao controle social, dotada de recursos orçamentários e garantia de continuidade, integrando-a à educação básica e aos conhecimentos específicos para o adequado exercício profissional (POLÍTICAS PÚBLICAS para a educação profissional e tecnológica, 2004).

2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre políticas públicas adotou nas últimas décadas uma extensão muito vasta, haja vista o progresso das condições democráticas em todos os retiros do mundo e a gama de disposições institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos que caracterizam as políticas.

Em geral ainda não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995 apud SOUZA, 2003, p.12) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980 apud SOUZA, 2003, p.12) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já Peters (1986 apud SOUZA, 2003, p.12) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, vida dos cidadãos.

Souza (2003, p.13) conceitua política pública como o;

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou

entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente).

“Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p.2).

As políticas públicas buscam encontrar formas para resolver sobretudo os conflitos referidos a bens públicos (RUA, 1998). Ainda de acordo com esta autora as políticas públicas compreendem um conjunto de decisões e ações direcionadas à solução de problemas políticos. Entende-se por atividade política os procedimentos formais e informais que traduzem as relações de poder na sociedade.

No Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e se baseavam em sua maioria em questões trabalhistas, e em menor ênfase as áreas da saúde, educação profissional e habitação. Caracterizando o caráter excludente das ações existentes no período pré-Vargas, “havia programas assistenciais e pontuais, exclusivos para determinados grupos de interesse e de profissionais (bancários, ferroviários etc.)” (CASTRO (2008, p. 70).

Com o fim da ditadura, as políticas públicas brasileiras ganharam uma nova roupagem, que culminou na Constituição de 1988. Assim, a partir desta, o Estado passou a ser o provedor da regulação, implantação e gestão. Esta também é um marco referencial da troca de políticas excludentes para propostas de políticas sociais universalistas, ressaltando o avanço específico nas áreas de educação e saúde, com a universalização do ensino fundamental e a criação do SUS (CASTRO, 2008).

As políticas públicas são elaboradas, executadas e fiscalizadas nos âmbitos municipal, estadual e federal. A união, em toda a administração direta, é a principal responsável por garantir as políticas públicas. A descentralização da administração direta criada pela Constituição Federal de 1988 estabelece competências para os 3 órgãos união, estado e município. Por meio dos Conselhos municipais, estaduais e federais a sociedade civil também participa da elaboração e da gestão dessas políticas. (ALBUQUERQUE, 2006)

De acordo com Teixeira (2002) são cinco as etapas para que o desenvolvimento de uma política pública aconteça: a) identificar um problema a ser solucionado ou um conjunto de direitos a serem concretados, a partir de uma análise da situação; b) o planejamento de uma linha de ação para enfrentar o problema; c) a

opção pelas ações primordiais; d) a prática ou a implementação (por meio das leis e processos administrativos); e e) a balanço dos resultados finais. O monitoramento e a fiscalização devem ocorrer no transcórre dessas etapas, realizados pela atotes da sociedade civil e pelos órgãos do governo. Por isso é importante a transparência nos processos do governo, para que a população tenha maior facilidade de acesso às informações.

2.2 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Desenvolvendo a leitura de Lowi (1966), Azevedo (2003) apontou a existência de três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (AZEVEDO, 2003, p. 38).

De acordo com Kehrig (2008) são exemplos de políticas públicas redistributivas as que buscam disseminar a renda em forma de financiamento em serviços e na forma de recursos para a população mais necessitada. A sociedade com maior poder aquisitivo são as responsáveis por financiar as pessoas com menor aquisitivo, os chamados beneficiários. São exemplos de políticas redistributivas a isenção de IPTU (Imposto predial territorial urbano) para determinados cidadãos em detrimento ao aumento desse imposto para pessoas com maior poder aquisitivo e os programas habitacionais para população de baixa renda. Essas políticas abordam uma ampla parte da população e são tidas como direitos sociais.

As políticas públicas distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer. Elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas sempre feita de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse. São exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, os reparos em uma creche, a prática de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego, dentre outros. O seu financiamento é feito pela sociedade como um todo através do orçamento geral de um estado (AZEVEDO, 2013, p. 41).

Ainda de acordo com Kehrig (2008) as políticas públicas distributivas têm objetivos exatos arrolados à oferta de serviços do governo e equipamentos. Nessa situação a política é financiada pela sociedade por meio de um orçamento

público que favorece populações pequenas ou indivíduos de classes sociais divergentes. As políticas distributivas não são dadas integralmente à todos, porém não possui muita oposição da sociedade.

Por último, Azevedo (2013) cita as políticas públicas regulatórias. Que são leis elaboradas para permitir o que o governo pode fazer ou não em relação às políticas públicas redistributivas ou distributivas. Por essas políticas sugerirem ações no campo do poder executivo, a política pública regulatória é necessariamente campo de ações do poder legislativo.

A fim de criar normas para os serviços as políticas regulatórias forma criadas. Ela é a responsável pela normatização das políticas distributivas e redistributivas, que atingem pequenos grupos da sociedade e acontecem de forma diferente em cada classe social. Uma ampla parte da sociedade não conhecem as políticas regulatórias e por isso só às questionam quando são prejudicadas de alguma forma. (TEIXEIRA, 2002)

Pode-se ressaltar ainda que esse tipo de política possui importância fundamental, pois é por ela que os recursos públicos são liberados para a implementação das outras políticas. Contudo, o seu resultado não é imediato, pois enquanto lei ela não possui a materialidade dos equipamentos e serviços que atendem diariamente a população. Assim, os grupos sociais tendem a ignorá-la e a não acompanhar o seu desenvolvimento, permitindo que os grupos econômicos, principalmente, mais organizados e articulados, façam pressão sobre os seus gestores (AZEVEDO, 2003).

Destaca-se entre elas a política pública educacional, colocadas em prática pelo governo, seja estadual ou municipal. Ela cria acessórios importantes para elevar a educação no meio da sociedade local, como a criação de escolas, melhorias, qualificação e ampliação do ensino (OLIVEIRA, 2001).

As políticas públicas de educação profissionalizantes são caracterizadas por partir da concepção de equidade do mercado de trabalho, oferecendo aos menos providos de desenvolvimento educacional a oportunidade de igualarem-se à população da parte mais alta da classe social. Podemos classifica-la com redistributiva mediante a forma como tratam a desigualdade da educação.

2.3 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Para Saviani (2010, p. 17), “educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Dessa forma, A educação como uma atividade mediadora no seio da prática social global é entendida como instrumento, como um meio através do qual o homem se torna plenamente homem apropriando-se da cultura, isto é, “a produção humana historicamente acumulada, será possível construir uma cidadania ética e, igualmente uma ética cidadã” (SAVIANI, 2014, p.1).

Tudo o que o governo promove ou não na educação é política pública educacional. As políticas educacionais são focos mais específicos quanto a educação em geral, por isso pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA 2001).

Para Azevedo (2003, p. 59), “entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar”. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais.

Por isso é necessário a elaboração de um ambiente específico como é a escola para um fazer educacional, trabalhando como uma comunidade, desenvolvendo parte diferente de um processo complexo que são os alunos, os professores, o estado e a sociedade como um todo. Deste modo, políticas públicas educacionais tratam decisões do governo que vão de encontro com ambiente de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2001).

Tais decisões envolvem questões como: construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc. (OLIVEIRA, 2001).

A política de Educação Profissional, conforme as diretrizes do Ministério da Educação a partir do Decreto nº 5154/04 (BRASIL, 2004), caracteriza-se na realidade, como formação para o trabalho simples, voltada imediatamente para o

mercado de trabalho. A importância dada ao movimento político no âmbito do Estado no campo da Educação Profissional representa a disputa entre capital e trabalho, através da defesa de projetos distintos de formação profissional.

Para Pochmann (2000, p. 56), “quanto mais favorável o funcionamento do mercado de trabalho, quanto mais efetivos os programas de garantia de renda e quando maior qualidade tiver o sistema educativo, menor a proporção de pessoas que tendem a abandonar a condição de inatividade”. O trabalho por adotar um fator decisivo na vida da sociedade, assumi também uma função educativa e é o valor, da realização humana que se subordina a outros valores, como direito ao convívio familiar, à saúde, ao lazer, à educação e à formação técnico-profissional.

Para Gisi (2004, p. 50), são desafios,

que dizem respeito à busca da qualidade da educação em todos os níveis de escolarização. Esta, por sua vez, diz respeito ao financiamento da educação e à proposição de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade cultural e propiciem uma aprendizagem efetiva, em especial para aqueles que tiveram menores oportunidades educacionais. Os desafios dizem respeito também à proposição de formas de ingresso que contribuem com a democratização da educação e com a construção da cidadania.

Conclui-se que a educação, como uma política social, trás com ela um desenvolvimento na sociedade civil por favorecer o acesso ao mercado de trabalho, oferecendo condições para o incremento de aptidões pouco dilatadas, favorecendo a sua importância. Dessa forma, a educação e trabalho estão intimamente ligadas.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quando o assunto é a Educação Profissional há evolução histórica do Brasil, por um período extenso não ocorreu em escolas formadas pelos setores públicos e/ou privado. Assim, como ressaltou (CASTANHO, 2008, p.18), “demorou para que surgisse uma escola, no sentido moderno da expressão, destinada à formação profissional”.

Este fato é explicado com o olhar na história, no período da Colônia e do Império houve a predominância do trabalho artesanal em que:

As relações entre trabalho e educação desde logo foram marcadas tanto pelo conceito de trabalho no escravismo quanto pelo de educação na sociedade colonial, igualmente uma atividade secundária, mais dirigida à elite metropolitana do que à gente da Colônia. O trabalho na sociedade colonial, mesmo quando exercido por indivíduos livres (não escravos), contaminava-se pelo fato de predominantemente ser executado pelos escravos (CASTANHO, 2008, p. 3).

Neste contexto a educação profissional,

Desenvolveu-se por meio de processos não sistemáticos, a partir da experiência direta de jovens aprendizes com seus mestres adultos, na sua oficina, na sua casa, em espaços para tal destinados na fazenda, no engenho, na área da mina etc (CASTANHO, 2008, p.19).

A preparação para os ofícios nessa sociedade se deu não pela escolarização, que pressupõe a “virada instrucional”, mas pela aprendizagem, típica do artesanato, no seio das corporações de artes e ofícios (CASTANHO, 2008, p. 58).

Neste contexto, a própria formação da educação profissional era realizada de forma a colocar o trabalhador numa situação de inferioridade, de não ser capaz de ter os mesmos direitos a educação de qualidade que a classe mais abastada da população, ou seja há uma relação social de escravismo.

Já o processo de institucionalização das “Escolas Normais”, uma expressão utilizada para designar a educação profissional teve seu auge em 1870, contando com o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino primário. Nesta fase se destaca a Reforma Leôncio de Carvalho (Dec. 7.247, de 19/4/1879), “que regulou e autorizou o governo a criar ou subsidiar escolas normais nas províncias. Embora nada de prático tivesse resultado dessa autorização, seu significado, no nível ideológico, é indiscutível” (CASTANHO, 2008, p. 5794). Essa Reforma, iniciou e estabeleceu a ideia central do Estado ser o fornecedor da educação de adultos e a preocupação com a introdução dos conhecimentos científicos em todos os níveis de ensino.

Conforme apresentou Castanho (2008), apesar da presença do Estado, a iniciativa para a criação e inauguração de escolas e colégios e os liceus que se designavam para o aprendizado de artes e ofícios coube à sociedade civil. Neste sentido, tem-se que a Sociedade Propagadora das Belas Artes, “criada por nobres, burgueses e membros da burocracia estatal, no Rio de Janeiro, em 1857, chamou a si a administração do primeiro Liceu de Artes e Ofícios, na capital do Império,

efetivamente inaugurado em 1858. O curso destinava-se a indivíduos livres, sendo vedado a escravos” (CASTANHO, 2008, p. 52).

Vale ressaltar que a presença do Estado era apenas de apoiar alguns projetos e não de realizar o planejamento das ações. A própria educação profissional não estava incluída, nestes meros incentivos dos planos governamentais. Assim, a formação do trabalhador, a menos que se fizesse importante para os interesses do governo, não era sequer cogitada. Sendo assim, a educação profissional não nasceu sob a égide estatal, mas sim da sociedade civil.

Dentre as iniciativas do governo, como observa Castanho (2008), somente em 1909 o presidente Nilo Peçanha, que já havia instituído quatro escolas profissionais em 1906, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices, que já estavam instaladas em 1910. Ou seja, a escolarização da Educação Profissional no país, ocorreu pelos Decretos 1.606, de 29 de dezembro de 1906 e, 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices

“O regime republicano propõe, na fase de propaganda, profundas alterações nas relações entre o estado e a educação, mas durante os trabalhos do Congresso Constituinte, por meio dos quais se estabeleceu a Carta Magna de 1891, especificou-se as normas referentes à instrução pública que mantiveram os pontos de vista assentados nos dispositivos constitucionais do Império, o que demonstrou que, de fato, não houve alteração profunda na estrutura da sociedade brasileira” (NAGLE, 2001, p. 358 - 359).

No Brasil, no século XIX, por alas de liberais da elite, “a escola voltada para o treinamento da mão de obra assalariada não se efetivou e, surpreendentemente, essas discussões desapareceram, de maneira simultânea à abolição da escravatura” (SAVIANI, 2010, p. 163).

Um importante passo foi tomado a partir da República e mais especificamente na Revolução de 1930, com a legislação conhecida como as Leis Orgânicas da Educação, iniciada por Francisco Campos, e reformada por Gustavo Capanema que incluiu, entre outras, disposições importantes para a educação profissional, como o decreto-lei que criou o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Com o SENAI e Lei Orgânica do Ensino Industrial, ambos de 1942, ‘a educação profissional será cada vez mais atrelada ao setor privado, embora o Estado a encampe como dever, cada vez mais escolarizada e, mantida embora

como modalidade apartada, cada vez mais enlaçada à educação geral e sua escolarização” (CASTANHO, 2008, p. 5802 - 5803).

A predominância, tanto no império quanto na Primeira República, foi a doutrina segundo a qual o Governo Federal “se desobrigava da educação popular, entregue à competência exclusiva dos estados legislar sobre o ensino secundário e superior (e, conseqüentemente, ao ensino normal); já ao Governo Federal era atribuída a competência para impor o modelo que fosse conveniente” (NAGLE, 2001, p. 360).

O ensino técnico profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna” (NAGLE, 2001, p. 213).

Vale ressaltar que o primeiro debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é iniciado em 1946, mas sua conclusão se deu em 1961 (RAMOS, 2014).

O Decreto nº 47038 de 16 de novembro de 1959 “definiu as Escolas Técnicas que comporiam a Rede Federal de Ensino Técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Para Ramos, a partir disso, pode-se perceber o Estado assumindo parte da qualificação de mão de obra, de acordo com as funções adquiridas por ele no plano dos investimentos públicos estratégicos” (RAMOS, 2014, p. 36).

Já no Regime Militar para que houvesse o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), precisava-se qualificar a mão de obra, assim utilizaram a formação militar do trabalho de crianças e jovens. Foi com o término da ditadura e com o regime democrático que iniciou mudanças. Como a que ocorreu no início do século XX, com o Governo Itamar Franco, houve uma movimento de fortalecimento da educação profissional e tecnológica no país, houve a aprovação da lei que possibilitou a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) - (RAMOS, 2014, p. 33).

A política no Governo Lula foi de correções e alterações na estrutura vigente da educação profissional, assim, houve a revogação do Decreto n. 2.208/97, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB. Apesar disso, a política de educação profissional passou a ser implementada através de focais e

contingentes, dos quais cita-se: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM) - (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2014, p. 1089).

Com a revogação do Decreto n. 2.208/97 para o Decreto nº 5.154/04

"trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa de escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira" (CIAVATTA, 2005, p. 17).

O que ressalva é que com a evolução da economia houve a necessidade do Estado atrelar as esferas sociais, econômicas e educacionais, resultando na valorização da educação profissional pública (RAMOS, 2014).

Vale destacar o papel do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) criado em 1997 pelo governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base no Decreto 2208 de 17 de abril de 1997, que visa à implantação da reforma de educação profissional propõe-se ao aumento, à atualização, ao desenvolvimento da Educação Profissional, por meio da ampliação e diversificação da oferta de vagas; do aprimoramento do conjunto de dados pessoais e cursos que são necessários para o mercado de trabalho; da qualificação, e da nova profissionalização de trabalhadores, independente da faixa etária e da formação dos jovens e adultos. Este programa foi desativado no ano de 2003, logo após a mudança do governo.

Ainda temos o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1996, também sob a direção do TEM (Ministério do Trabalho e do Emprego) com recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) que visa ações para a expansão da oportunidade de trabalho e geração de renda através da qualificação profissional, contribuindo para a redução do desemprego, reduzindo consequentemente a desigualdade social, pois o objetivo principal desse programa é trabalhar de forma integrada com a geração de trabalho e renda e encaminhamento ao mercado de trabalho. O PLANFOR perdeu sua vigência em 2002, porém teve grande contribuição para a sociedade civil.

Segundo o MTE/SPPE, os dois mecanismos principais na implementação e consolidação do PLANFOR, envolvem uma cadeia estratégica e operacional que

articula o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), as Secretarias Estaduais do Trabalho (STbs), os Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs), as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs), Entidades Parceiras e toda a Rede de Educação Profissional (Sistema S, Escolas Técnicas Federais e Estaduais, Escolas Sindicais etc.).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vêm planejando e implantando políticas de trabalho e geração de renda que se fundamentam no incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco non empreendedorismo, ou no fortalecimento da economia solidária, na qualificação e requalificação profissional do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como gestor de seu próprio negócio, na oferta de linhas de crédito para financiamentos dos empreendimentos e em outras parcerias.

Ainda, segundo Pochmann (2004), pode-se perceber que a sociedade menos favorecida, tanto pela renda quanto pela escolaridade, é mais relacionado com o desemprego, sendo os de classe mais alta beneficiados com melhores empregos. Por isso é importante que o aumento da escolaridade da população, para junto a cidadania ser desenvolvida.

Atualmente a Educação Profissional, anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), visa reconstruir esse espaço de formação e, corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p.2).

A formação profissional tradicional, vem sendo desenvolvida por diferentes instituições, dentre elas podemos destacar as escolas técnicas federais, os colégios agrícolas, os centros de formação tecnológica, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola SENAR, cada um com suas características e especialidades. Ainda existem outras instituições que agem no mesmo segmento da qualificação oferecendo a formação profissional de mão-de-obra qualificada. (OLIVEIRA, 2010)

Segundo Alves e Vieira (1995, p. 48), “devem conter forte conteúdo educativo profissional que garanta ao trabalhador acesso à moderna tecnologia produtiva e a modelos de gestão que possibilitem, de um lado, um leque de ocupações semelhantes para atender as solicitações do mercado, e de outro, a permanência num mercado cada vez mais concorrido”. Pois o que garante efetiva permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho é desenvolvimento e o aprimoramento constante desses profissionais.

Ainda de segundo com Alves e Vieira (1995), em meio a esses problemas o governo criou o sistema público de emprego, que propõe atender as exigências de um mercado de trabalho em transformação para uma população de baixa renda e desempregada, com o objetivo de uma ação por parte do estado para beneficiar inclusão social diminuindo a desigualdade social com o enfraquecimento do desemprego e o trabalho informal.

Uma das formas de operacionalizar as políticas públicas educacionais é através dos programas e um deles é o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Esse programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio (PRONATEC, 2013, site)

O PRONATEC apresenta um processo de gestão centralizada no nível federal e descentralizada na sua implementação e o impacto das parcerias privadas imprime um movimento de conservação em relação à Política de Educação Profissional. Demonstra que as políticas educacionais encerram linguagens diferentes, apresentam discursos ideológicos, não são lineares e podem ser contraditórias, pois pertencem à sociedades determinadas em tempo e espaço e apresentam projetos defendidos por sujeitos com interesses diversos (PRONATEC, 2013, site)

3. METODOLOGIA

A partir da fundamentação teórica apresentada e com intuito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, será apresentada a seguir a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento da pesquisa.

Para realização da pesquisa, serão primeiramente levantados conceitos dos principais assuntos envolvidos no tema do trabalho com base em diversos autores da referida área. Com isso, será possível refletir através de uma análise, o aproveitamento desta política para o crescimento do desempenho da educação profissional.

3.1 LOCAL DA PESQUISA OU LOCAL DO ESTUDO

O estudo será realizado na cidade de Paranavaí, localizada no noroeste do Estado do Paraná, com população estima em 2013 de 85.643 habitantes e área territorial de 1.202,266 km³ (IBGE, 2013). Paranavaí, hoje, tem uma característica de diversificação econômica, pois ao mesmo tempo em que se têm indústrias de alimentos (farinheiras, ind.de suco, de refrigerantes) têm-se indústrias de joias, de equipamentos ópticos, de balanças de precisão para o setor pecuário na indústria.

Apresenta como uma das propostas de Política Pública de Educação o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) desenvolvido em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, como unidades de ensino, ofertam cursos profissionalizantes em diversas áreas do setor industriário, tais como: Têxtil e Vestuário, Metalomecânica, Eletrotécnica e Automotiva.

3.2 TIPO DE PESQUISA

A natureza da pesquisa é do tipo descritivo de abordagem qualitativa e quantitativa, onde proporcionou conhecimento acerca do tema proposto.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 73), a pesquisa descritiva: “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, desenvolve-se principalmente, nas ciências humanas, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados”.

Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva é descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Dessa maneira, conforme as concepções de Fonseca (2002, p. 20) a pesquisa quantitativa pode ser entendida da seguinte maneira:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, “a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno” (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

3.3 TÉCNICA DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa utilizadas neste estudo foram bibliográficas/documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica será elaborada através de materiais já publicados, como livros, revistas científicas, artigo com base científica.

Segundo Fachin (2001, p.127):

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na consulta do acervo bibliográfico, que é um manancial inesgotável de sabedoria humana. Para um máximo aproveitamento desse manancial, é necessária uma leitura cuidadosa, além de análise e redação dos textos.

Vergara (2004) argumenta que, na pesquisa bibliográfica o pesquisador se fundamenta em periódicos, internet e livros para explicar os dados levantados na pesquisa. Segundo Cervo e Berivan (2002, p.89) “na pesquisa bibliográfica, a fonte das informações, por excelência, estará sempre na forma de documentos escritos, estejam eles impresso ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos”.

A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente. O objetivo da pesquisa de campo é conseguir informações e/ou conhecimentos (dados) acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta (FONSECA, 2002, p.38)

Ainda de acordo com Fonseca (2002), a realização da pesquisa bibliográfica faz parte das fases da pesquisa de campo, pois poderá estabelecer uma referencia inicial teórica, ajudando no plano global da pesquisa. A técnicas que serão agregadas na coleta de dados e na determinação Devem-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na decisão da amostra para que sejam eficiente para as considerações finais.

A pesquisa de campo consiste em uma observação do contexto no qual é localizado um fenômeno social, ou seja, um problema, que de início passa a ser observado e, posteriormente, é direcionado para explicações por meio de técnicas e métodos específicos. (FACHIN, 2001)

Fachin (2003) diz ainda que os acontecimentos cotidianos na sociedade são a base da pesquisa de campo, observadas e apresentadas pelo simples modo como acontece.

Esse tipo de pesquisa é aplicado ao ser humano, que é dotado de razão. “Nunca poderia ser efetuado com animais irracionais, como outros tipos de pesquisa, que usam animais como cobaias, mas isso não acontece com a pesquisa de campo”. (FACHIN,2003, p. 133).

3.4 COLETA DOS DADOS

Num primeiro momento foi utilizado documentos oficiais para entender quais são as políticas públicas de educação profissional que estão sendo executadas no município de Paranaíba.

Num segundo, para se obter uma análise mais aprofundada na pesquisa de campo, foi utilizado questionário de pesquisa fechado para obter as informações sobre para qual tipo de público são oferecidos os cursos profissionalizantes pelo Governo Federal através do SENAI de Paranaíba (PR). A pesquisa será realizada com os alunos matriculados nos cursos do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Com a aplicação deste tipo de questionário pôde-se obter respostas as quais ajudou no foco principal do estudo.

Segundo Vergara (2004) o questionário caracteriza-se por ser uma série de perguntas apresentadas ao respondente, podendo ser aberto ou fechado.

Lakatos e Marconi (1991) diz que questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

A aplicação do questionário foi realizada com todos os alunos matriculados nos cursos profissionalizantes ofertados pelo Pronatec na unidade de ensino, o SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Paranaíba, entre os dias 28 e 30 de outubro de 2013. Foram aplicados 73 questionários, distribuídos entre os cursos de costureiro industrial do vestuário, eletricitista de automóveis, auxiliar administrativo e eletricitista industrial.

Num terceiro momento, foi feita uma entrevista, junto ao gestor da unidade de ensino, para coletar informações quanto ao desenvolvimento dos cursos, a adesão da população e a qualidade do ensino ofertado.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação do questionário, far-se-á a análise dos dados quantitativos coletados, e através das informações levantadas serão demonstrados por meio de gráficos o perfil dos usuários das Políticas Públicas ofertadas, de que forma a educação profissionalizante vem sendo desenvolvida e de que maneira a qualificação pretendida implica na melhoria da qualidade de vida da sociedade, diante a desigualdade e exclusão social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas educacionais de Paranavaí seguem a legislação da União e do Estado do Paraná. Segundo dados de Biazon (2012), observando o Censo Escolar 2006, o município estudado apresentava 57 estabelecimentos de ensino, 46 localizados na sede municipal, 8 nos distritos e 3 na área rural. Do total de estabelecimentos 24 são de responsabilidade do município. O Ensino Médio conta com 9 colégios (ensino público) no território municipal e distrital onde são oferecidos o ensino médio regular, ensino médio integral, normal (antigo magistério) e profissional técnico subsequente com um total de 1230 alunos e 3 colégios particulares com aproximadamente 260 alunos, conforme o Núcleo Regional de Educação (2011).

Já no Ensino Superior, conforme Bizon (2012) Paranavaí conta com três faculdades: uma pública e duas privadas. A Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA (pública) com 2.490 alunos oferece onze cursos de Graduação: Pedagogia, História, Geografia, Ciências, Matemática, Letras (Português/Inglês), Educação Física, Enfermagem, Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social. A Universidade Paranaense – UNIPAR (privada) atende o número de 1.950 alunos, oferecendo dez cursos de Graduação: Ciências Biológicas com ênfase em Biotecnologia, Direito, Enfermagem, Farmácia, Letras - Licenciatura Plena, Nutrição (desativado), Sistemas de Informação, Estética e Cosmetologia, Tecnologia em Gestão de Agronegócios (desativado) e Curso Superior em Administração. E ainda a Faculdade de Ciências e Tecnologia do Norte do Paraná – FATECIE (particular), com aproximadamente 500 alunos, que oferece cursos de Graduação Tecnológica nas áreas de Processos Gerenciais, Marketing, Gestão Ambiental e Sistemas para Internet (MEC – INEP, 2010).

A partir destas informações a seguir serão estudados as políticas voltadas para educação profissionalizantes no município de Paranavaí.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

A política pública de educação profissional desenvolvida no município de Paranavaí/PR, busca a diminuição da desigualdade social com a oferta de vários cursos de formação profissional técnica e de qualificação, através de parcerias com instituições federais, estaduais, municipais e particulares a Secretaria Estadual de Educação (SEED) promove o crescimento do trabalho qualificado por meio de aulas práticas e teóricas, criando a expansão econômica local, por oferecer mão-de-obra qualificada para os setores industriais e comerciais do município.

Tais políticas são aplicadas para jovens e adultos a partir de 14 anos, com ensino fundamental e médio, em sua maioria através de programas federais, por meio do Decreto nº 2.208, de abril de 1997 que estabelece os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional no país, porém houve a aplicação de programas estaduais e municipais em outros anos. Destaca-se entre estas políticas de educação a profissionalizante, que tem méritos tanto sociais quanto produtivos, pois funciona como política de qualificação profissional compensatória, alternativa ou substituta do ensino fundamental, médio e superior.

O município vem buscando cada vez mais qualidade da educação profissional, promovendo e valorizando esta política, com o objetivo de contribuir para minimizar as diferenças sociais presentes no município.

4.2 APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

O município de Paranavaí atende cerca de 1200 alunos através dos programas de Políticas Públicas Educacionais como o Adolescente Aprendiz, através deste programa, adolescentes entre 14 e 18 anos que estão exercendo medidas socioeducativas recebem oportunidades de profissionalização, aliando o estímulo ao estudo à prática profissional. Contratados na condição de aprendizes em serviços administrativos pelos órgãos do Governo Estadual, os adolescentes realizam atividades com a supervisão de um orientador e ainda participam de curso

de qualificação profissional na área administrativa. O programa é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social por meio da Lei Estadual nº 15.200/2006.

O e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil) visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem a finalidade de expandir e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, atuando sob o Decreto nº 6.301/2007 que Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Implantado no município de Paranavaí/PR em 2001, em parceria com a SEED/IFPR () o Colégio Estadual Adélia Rossi Ensino Fundamental e Médio oferece os cursos de logística, reabilitação de dependentes químicos e eventos. A última encerrou em 2012.

Dentre eles temos também o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de jovens e adultos por meio do Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006. Iniciou-se no município de Paranavaí/PR em 2008, com a oferta do curso técnico em segurança do trabalho, oferecido no Colégio Estadual Doutor Marins Alves de Camargo. O programa é proposto para quem concluiu apenas o ensino fundamental e deseja adquirir o Certificado do Curso Técnico em nível médio. Os cursos de educação profissional de nível médio são integrados ao ensino médio e duram em média três anos letivos. A idade mínima para participar do programa é de 21 anos e não há idade máxima. O Proeja é um programa do Ministério da Educação (MEC), realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

O PROFUNCIÓNÁRIO - O Profuncciónário é um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo atividade, em habilitação com a atividade que exerce na escola. A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira. O Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010 institui a política nacional de formação dos profissionais da educação básica e dispõe sobre a formação inicial em serviço dos funcionários da escola. Entre seus objetivos fundamentais, está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionado pelo Profuncciónário. O programa é oferecido no

Colégio Estadual no município de Paranavaí/PR, implantado no ano de 2010, disponibilizou os cursos de secretaria escolar, multimeios didáticos, biblioteconomia, infraestrutura e alimentação.

Dentre esses programas o de maior abrangência no município de Paranavaí PR, tanto na quantidade de turmas quanto na variedade de cursos ofertados é o PRONATEC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para a população brasileira.

O Pronatec foi implantado no município de Paranavaí PR no ano de 2012, tendo como unidades de ensino o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o IFPR (Instituto Federal do Paraná) segundo SEED – Secretaria de Estado da Educação, juntos ofertaram 64 turmas até ano de 2013, gerando no total 985 matrículas nos cursos de costureiro industrial do vestuário; eletromecânico de automóveis; eletricitas de automóveis, auxiliar administrativo; eletricitista industrial; torneiro mecânico, ajustador mecânico em eletrotécnica, soldador, mecânico de sistema de freios, suspensão e direção de veículos, manicure e pedicure, agente de alimentação escolar, auxiliar de costura, auxiliar de recursos humanos, desenhista da construção civil, espanhol básico, inglês básico, montador e reparador de computadores, operador de computador, produtor de embutidos e defumados, programador de sistema e programador web, cerca de 850 alunos se formaram até o ano de 2013. Dentre os cursos mais procurados, destacam-se os voltados para a área da indústria, pois é o campo com maiores índices de empregabilidade no município. Por se tratar de um programa recente, ainda não houve reformulações dos cursos ofertados.

Os cursos são disponibilizados para os maiores 16 ou 18 anos, dependem dos critérios de cada curso escolhido, os alunos são orientados a procurarem o CRAS (Centro de Responsabilidade e Assistência Social) do município, onde são encaminhados para os cursos de ensino profissionalizantes disponíveis. As unidades de ensino oferecem os técnicos de ensino qualificados, e as aulas são aplicadas parte teórica e parte prática, ampliando dessa forma a aprendizagem do aluno.

Em entrevista realizada com uma das gestoras das unidades de ensino no dia 09/12/2013, foi relatado que muitas vezes os cursos não são fechados por falta de inscrições, é necessário nesses casos, a expansão do período de inscrição. O que causa a desistência de muitos alunos nesse período de espera. Essa situação acontece pela falta de uma divulgação efetiva e focada no público alvo. Sabe-se que os números de vagas ofertadas atende a demanda do município de Paranaíba PR, porém é necessário uma maior diversidade dos cursos, e é claro oportunidade de emprego para aqueles que acabam de se formar nos cursos profissionalizantes oferecidos por essas políticas públicas educacionais. É indispensável a criação de convênios ou parcerias com o mercado de trabalho, dando suporte para esses alunos possam garantir sua inclusão no primeiro emprego pós curso profissionalizante, por enquanto não existem esses tipos de convênios ou parcerias, talvez seja essa a chave para uma maior procura por esta política pública.

4.2.1 Caracterização dos alunos que participam dos cursos de educação profissionalizantes

A pesquisa foi aplicada com um grupo de alunos do curso de Educação Profissional desenvolvido através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria) da cidade de Paranaíba - PR. O questionário é constituído por questões que visam fornecer informações acerca do perfil dos alunos, o porquê da procura pelo ensino profissionalizante e desenvolvimento educacional.

A partir dessas informações é possível identificar se a política pública desenvolvida está sendo utilizada no combate dos conflitos sociais em busca da equidade da população, diante a sua importância estratégica já definida.

Com base nisso, pode-se construir os gráficos abaixo, que representam perfis dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa

Os gráficos 01, 02, 03 e 04 mostram que os perfis dos alunos são em sua maioria adolescentes, que ainda não conseguiram concluir seus estudos e que atualmente não estudam mais, e nem estão atuantes no mercado de trabalho. A partir dos resultados pode-se destacar que o perfil das pessoas que buscam a educação profissionalizante é de pessoas que tiveram poucas oportunidades de desenvolvimento social.

O próximo gráfico, apresenta os motivos pelo qual os alunos procuraram a educação profissionalizante.



Gráfico 05: Porque procurou a Educação Profissionalizante
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados apontam que a maior parte se preocupa em ter novas oportunidades de emprego, ou seja, acreditam que após a conclusão do curso estarão prontos a atuarem no mercado de trabalho de forma capacitada. Garantindo um possível fim a desigualdade social.

O gráfico 06, pergunta se a educação profissionalizante pode coloca-los no mercado de trabalho.



Gráfico 06: A Educação Profissionalizante pode abrir espaço no mercado de trabalho
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os resultados vê-se que nenhum dos entrevistados não acredita na colocação no mercado de trabalho por meio da educação profissionalizante. Contudo a grande maioria tem a educação profissionalizante como ponte para alcançar um emprego de acordo com os buscados com a qualificação profissional.

No gráfico 07, questionamos a política pública de educação como instrumento de educação profissionalizante.

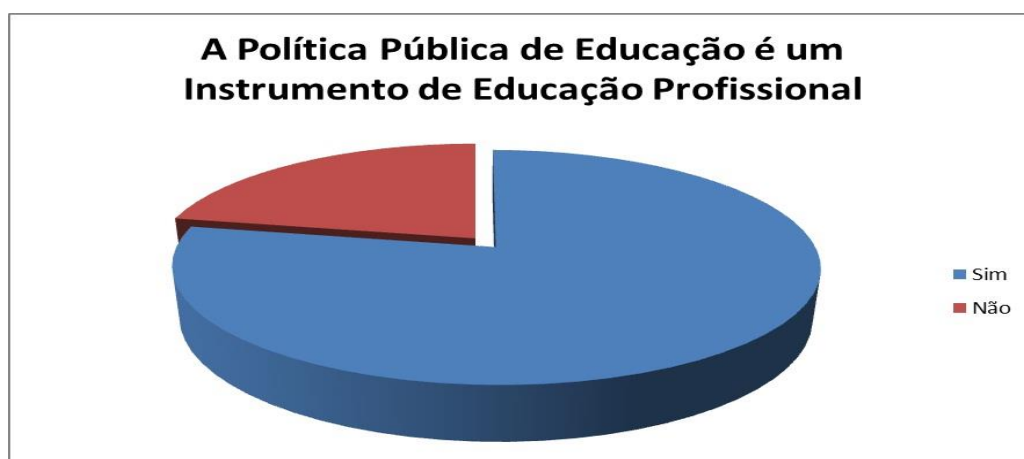


Gráfico 07: A Política Pública de Educação é um Instrumento de Educação Profissional
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maior parte dos entrevistados respondeu que sim, acreditam na política pública de educação como um instrumento de educação profissional. Dessa forma tem-se a política pública de educação profissionalizante como base para o desenvolvimento social diante das desigualdades social existente, e potencializa a evolução do mercado de trabalho com a mão-de-obra qualificada, voltada à melhor qualidade de vida da população.

4.3 ASPECTOS DE UTILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

A qualificação profissional promove o enriquecimento da igualdade social, buscando extinguir a desigualdade existente no mercado de trabalho. Pode-se afirmar que as políticas públicas de educação auxiliam no desenvolvimento do município através da mão-de-obra qualificada, oferecendo um leque de oportunidade para a inserção do jovem no mercado de trabalho independente da classe social ou da sua escolaridade, seja o fundamental ou o médio.

Para que se possa desenvolver a intencionalidade educadora do município, o fundamental é criar as condições para que o maior número de pessoas possa compreender os processos que estão na base de suas contradições fundamentais e reconhecer sua identidade formada pelas relações, no tempo e no espaço, de várias identidades sociais e culturais.

No caso do município de Paranaíba (PR), as políticas de desenvolvimento urbano devem ser articuladas às necessidades econômicas e à democratização do

espaço urbano, de maneira que desenvolvimento econômico não se torne sinônimo de aprofundamento da exclusão social.

A política educacional deve contribuir para que a desigualdade social seja cada vez menos notada pela população local, para isso é necessário intensificar o oferecimento de cursos voltados para os setores com maior desenvolvimento econômico no município, buscando parcerias para inserção desses profissionais no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar o desenvolvimento e a aplicação das Políticas Públicas voltadas para a educação profissionalizante ofertadas no município de Paranavaí (PR) como instrumento de desenvolvimento educacional.

O referencial teórico apresentado neste trabalho contribuiu para o alcance dos objetivos específicos estabelecidos demonstrando os conceitos e importância das políticas públicas na educação profissionalizante e, apresentando metodologias de implantação desta política pública.

Para atingir o objetivo principal deste estudo foi realizada uma pesquisa de campo nas unidades de ensino da cidade de Paranavaí- PR e os resultados foram analisados e interpretados no capítulo anterior, proporcionando uma visão ampla para a conclusão deste trabalho, foi realizada também uma pesquisa por meio da aplicação de questionário para alunos de uma das unidades de ensino, com o objetivo de avaliar o perfil dos beneficiados pelos programas desenvolvidos, o que ajudaram na análise dos objetivos específicos. Um ponto importante observado na aplicação dos questionários, foi que a maioria são adolescente que não tiveram a oportunidade de concluírem os seus estudos e se encontram no momento sem emprego, porém acreditam que o ensino profissionalizante disponibilizados a eles poderá ajudá-los a conquistar uma oportunidade no mercado de trabalho.

Diante da análise dos dados coletados e dos resultados, pode-se concluir que a educação profissionalizante pode trazer como instrumento de desenvolvimento educacional perspectiva muito positivas para a população. Aprimorando o mercado de trabalho com mão-de-obra recém-qualificada, trazendo maior crescimento da economia local e a ampliação da demanda de profissionais qualificados.

De maneira geral, a pesquisa apresentou em seus resultados que a cidade de Paranavaí – PR, tem um projeto de política pública de educação profissionalizante, porém, é preciso uma maior amplitude dessas políticas, como maiores ofertas de empregos a esses jovens que buscam a educação profissionalizante como uma nova oportunidade de para a melhoria da qualidade de vida. É necessário nestes casos, a elaboração de projetos para a implantação de parcerias com empresas,

com o intuito garantir a oportunidade de emprego para os egressos, garantindo dessa forma a continuidade de política pública voltada ao desenvolvimento social.

Por isso a utilização das políticas públicas de educação profissionalizante, podem-se construir no futuro, um grande número de mão-de-obra qualificada para o município, ampliando e qualificando o setor socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação Popular em Políticas Públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paul: Instituto Pólis, 2006.

ALVES, E. L. G.; VIEIRA, C. A. dos S. **Qualificação Profissional: uma proposta de Política Pública**. Brasília: IPEA/DF, 1995.

ALVES, W. J. M. **Financiamento e Políticas Públicas para a Educação Profissional no Paraná (2003-2007)**. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BIAZON, Victor Vinicius. Atributos de preferência do consumidor e imagem na escolha de uma instituição de ensino superior: um estudo com egressos do ensino médio de Paranavaí-PR. Pedro Leopoldo: FPL, 2012. 134p. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração. 2012.

BRASIL. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, MEC, 2005

BUENO, Maria Sylvia Simões. **Políticas atuais para o Ensino Médio**. São Paulo: Papyrus, 2000.

CASTANHO, Sergio. **Institucionalização Escolar No Brasil: 1879-1930**. Série- Estudos (UCDB), 2008.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIAVATTA, Maria - **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.(Orgs.).**Ensino médio: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 195 p.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Qualificação, formação ou educação profissional? Pensando além da semântica. **Contexto & Educação**. Revista de Educación en América Latina y el Caribe, UNIJUÍ, 13(51): 67-86, jul./set.. 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GISI, M. L. Políticas educacionais de acesso, permanência e formação. **Rev. Diálogo Educacional**. Curitiba, Champagnat, v. 5, n. 11, p. 43-52, 2004.
- KEHRIG, Ruth Terezinha. **Políticas Públicas**. Livro didático. Florianópolis: UNISUL Virtual, 2008
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991
- LIMA FILHO, Domingos Leite. **As políticas públicas para a educação profissional no Brasil do neoliberalismo**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.20, n.02, p.269-301, jul./dez. 2002
- MANFREDI, Sílvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas de Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 20 jan. 2014.
- MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> Acesso em: 10 Fev 2014.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- OLIVEIRA, D. A. **Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade**. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.) Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.
- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher,

Brasil, 2000.

POCHMANN, M. IN: Educação e Sociedade. **“Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?”** Revista de ciência em educação. Campinas: CEDES, 2004.

POLÍTICAS PÚBLICAS para a educação profissional e tecnológica. Brasília, abril/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 15 dez. 2013.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRONATEC. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>> . Acesso em 15 dez. 2013

RAMOS, Alicia Felisbino. **Educação Profissional: Políticas Públicas para o Ensino Técnico Profissionalizante**. Disponível em www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC20.pdf> Acesso em: 10 Fev 2014.

RISCAL, Sandra A. **Política Educacional, Justiça Distributiva e Equidade: Considerações sobre as Políticas Compensatórias para a Educação**. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/44/art16_44.pdf> Acesso em: 10 Fev 2014.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política.

SAVIANI, Dermeval. **Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12/02/2014.

SAVIANI, Dermeval. **Ética, educação e cidadania**. In Revista nº 15. Disponível em <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/saviani.pdf>. Acesso em: jan 2014.

SECRETÁRIA DA FAMÍLIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programas Sociais**. Disponível em: <<http://www.familia.pr.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: Bahia, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

APÉNDICE

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO

Apêndice A – Instrumento de Pesquisa: Questionário

Prezado (a) aluno (a),

O presente questionário faz parte de uma pesquisa a ser realizada nas com alunos dos cursos profissionalizantes, para análise fundamental do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, com o tema “Políticas Públicas de Educação Profissionalizante no Município de Paranavaí (PR)”.

Este trabalho tem o objetivo de analisar o desenvolvimento e a aplicação das Políticas Públicas voltadas para a educação profissionalizante ofertadas no município de Paranavaí(PR) como instrumento de desenvolvimento educacional.

Desde já agradeço pela colaboração.

Acadêmico: Denise Ruiz da Cruz

1 – Qual sua idade?

- 16 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- acima de 35 anos

2 – Grau de Escolaridade?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior

3 – Estudante?

- sim
- não

4 – Trabalha?

- sim
- não

5 – Qual a sua renda Familiar?

- Até 1 Salário Mínimo
- De 1 a 2 Salários Mínimos
- Acima de 3 Salários Mínimos

6 – Por que procurou a Educação Profissionalizante?

- Para se aperfeiçoar no emprego atual

- Para ter novas oportunidades de emprego
- Apenas por conhecimento

7 – De acordo com o mercado de trabalho da sua cidade, você acredita que esse curso poderá te locar no mercado de trabalho?

- sim
- em partes
- não